

UM MOSAICO AMAZÔNICO: UMA RESENHA
DO LIVRO "NÓS NÃO SOMOS GENÉRICOS"

DOI:

Mário André Coelho da Silva
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Núcleo Takinahakÿ de Formação
Superior Indígena, Goiás - Brasil
mario.andrecs@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0002-4882-1567>

O livro *Nós não somos genéricos: Língua(gens), interculturalidades e educação escolar indígena e não indígena em ambientes amazônicos*, organizado pelos professores Shelton Lima de Souza, Aline Suelen Santos Sabatini, Joaquim Maná Kaxinawá e Simone Cordeiro Oliveira, vem com uma proposta de publicar amplamente, de forma gratuita, resultados de pesquisas empreendidas por grupos e projetos no âmbito da Universidade Federal do Acre – UFAC e de instituições parceiras. Dividido em oito artigos, ele traz discussões de diversas áreas do conhecimento, formando um mosaico de saberes produzidos na e sobre a Amazônia e mostrando a riqueza das produções científicas dessa região.

O livro, de acordo com seus organizadores, parte das “afirmações e perspectivas que, até então, vêm sendo desenvolvidas sobre as Amazônias” (Souza *et al.*, 2023, p. 8). O uso do plural, aqui, é proposital, dado o caráter plural da obra, em que autores situados em diversos contextos (indígenas e não indígenas; professores universitários, do ensino básico e estudantes etc.) apresentam olhares vários, mostrando que a experiência humana no bioma amazônico, antes de ser monolítica, conta com diversos matizes. As visões de mundo e epistemologias de populações indígenas e não indígenas devem ser valorizadas em suas singularidades e, ao considerar cada uma dessas especificidades, a universidade caminha para uma produção de conhecimento verdadeiramente decolonial, não sobrepondo um corpo de conhecimento de matriz europeia-ocidental a várias outras epistemes. Em outras palavras, um dos objetivos da coletânea, que, ao nosso ver, é alcançado, é trazer à luz e mostrar que é possível a construção de um saber transdisciplinar, que, nas palavras da saudosa Professora Maria do Socorro Pimentel, “favoreç[a] sempre a articulação, sempre o movimento [dos saberes]” (Santos, 2020, p. 315). Aqui, ela fala sobre os projetos extraescolares da licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás, instituição à qual pertencia, mas a ideia proposta é facilmente extrapolável para outros contextos, em que saberes tradicionais foram subalternizados e que são necessários serem resgatados, vitalizados e valorizados, isto é, em que haja “[a] reconstrução de



muitos espaços epistêmicos que foram apagados, destruídos, silenciados” (Santos, 2020, p.316).

Tendo esse projeto plural do livro em vista, começamos por resenhar o primeiro capítulo, *A festa do moqueado como rito de passagem para o povo Guajajara-Tenetehara*, de autoria de Rita de Cássia Nogueira de Freitas (mestranda não indígena na Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT), Francisco Edviges Albuquerque (professor não indígena na UFNT) e Danielle Mastelari Levorato (também professora não indígena na UFNT). Ele traz uma descrição etno e bibliográfica de um dos principais ritos dos Tenetehara, povo pertencente à família Tupi-Guarani e situado no Maranhão: a festa do moqueado, que faz parte de um rito maior, a festa da menina moça. Esse rito marca a passagem para a fase adulta da mulher, quando ocorre a sua menarca e, de acordo com os autores, a festa do moqueado é marcada por ensaios e pela produção da carne moqueada (daí o nome da festa) que será servida aos presentes. O capítulo traz uma revisão da literatura sobre essa festa e também sobre o povo Tenetehara e sobre o conceito de rito, para então apresentar a descrição etnográfica de uma festa do moqueado ocorrida na aldeia Lagoa Quieta. Nessa descrição, a todo momento os autores trazem referências às descrições anteriores e, em alguns momentos, não fica claro o que é a vivência dos autores e o que é referência a outras obras. Apesar de ser uma contribuição interessantíssima para a coletânea ora resenhada, dada a sua proposta de ser um mosaico da(s) Amazônia(s), o texto parece ser um relatório de Iniciação Científica. Isso, por si só, não é um problema, muito pelo contrário: é salutar que essas produções sejam publicadas para que alcancem um público mais amplo, porém, em alguns momentos, faltam adequações que mostrem que esse texto é uma produção coletiva e não fruto da pesquisa de uma das pesquisadoras apenas, como na passagem em que se pode ler “Foi por meio da etnografia que, como **pesquisadora**, conhecemos o mundo do povo Guajajara” (Souza *et al.*, 2023, p. 22. Grifo nosso). Ora, se esse é um texto de autoria coletiva, é estranho que se descreva a posição de apenas uma pesquisadora e não de todo o coletivo, o que nos leva a pensar se esse capítulo não seria mais um caso de produção acadêmica para atender às pressões de produtividade impostas pelos programas de pós-graduação e agências de fomento à pesquisa.

O segundo capítulo – *Língua Hãtxa Kuin e cultura Huni Kuin: aspectos revelados pela culinária indígena*, de autoria de Siã Huni Kuin (que tem por nome de registro Aldeni Nunes de Matos, é indígena e assessor pedagógico no município de Feijó / AC e mestrando na UFAC) e de Marcos Sobrinho Freire de Oliveira (graduando não indígena pela UFAC), traz

a ideia de que a prática culinária é um modo de fortalecimento cultural de um povo e, portanto, é um tipo de letramento que se mostra por meio da língua e das diferentes práticas sociais [...] que envolvem a linguagem de um modo mais geral [...] (Souza *et al.*, 2023, p. 27).

Essa ideia de que o letramento está para além dos usos e práticas sociais da modalidade *escrita* da linguagem, como proposto por Marcuschi (1997), em oposição à orali-

dade, como espaço de práticas sociais da modalidade *oral*, ainda que ambas façam parte de um contínuo, é problematizada pelos autores, que trazem discussões de teóricos estrangeiros, mas que podem ser vistos em produções de acadêmicos indígenas, de maneira mais ou menos explícita (Abtsi'ré, 2022; Wa'awe, 2022; Xerente, 2022). Essa última autora, Brupahi Xerente, afirma que, no entendimento dela,

[...] **letramento** é aquilo que me ensina alguma coisa que **não é necessariamente só do escrever em um papel**, numa placa, na tela de uma tecnologia, vindo através de imagens. Na minha concepção **é tudo que sempre ajudou meu povo a se comunicar**, a norrear, então isso me fez refletir, a colocar na escrita como e porque usavam **esse método de aprender e comunicar**. (Xerente, 2022, p. 43, grifos nossos)

Em outras palavras, percebe-se que os vários povos indígenas sul-americanos entendem o conceito de letramento de uma forma muito mais ampla, em que a ideia de escrita é também mais aberta, se comparado com algumas correntes teóricas não indígenas. Acadêmicos e pesquisadores indígenas entendem que práticas culturais, bem como a natureza – pensando que esse recorte é mais nosso, não indígena –, são passíveis, metaforicamente e literalmente, de serem lidos e, assim, podem ter práticas e usos sociais, ou seja, letramento. Essa leitura da cultura e da natureza e a noção de letramento entre linguistas indígenas nos remete à leitura do mundo, proposta por Paulo Freire (1984, p. 22), que diz que

[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. [...] [E]ste movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos.

Isso pode ser constatado de maneira clara, novamente em Xerente (2022, p. 48), onde lemos que “[é] a natureza que nos ensina, nos norreia, [...] tudo isso ajuda o Akw [Xerente] a se orientar na vida, nas vivências [...] A natureza avisa além de ensinar”. Em suma, vê-se que a concepção de letramento dos autores, ao descrever e sistematizar as práticas culinárias do povo Huni Kuin, por meio da memória coletiva, se alinha com o que temos visto em produções acadêmicas de outros autores indígenas sobre o tema.

O segundo capítulo ainda se relaciona com a temática do oitavo (e último) capítulo do livro, com o título *Imaginário de letramento em enunciados escritos em contexto acadêmico*, escrito por Evelyn Vitória Lima de Oliveira (professora não indígena da rede de ensino básico do Acre) e Aline Suelen Santos (professora não indígena na UFAC). Nesse texto, as autoras sistematizam a imagem que alunos do curso de Letras da UFAC têm sobre o que é letramento. Apesar de os dados analisados serem poucos em quantidade – apenas alguns trechos de dois textos –, eles são exemplares no que diz respeito a uma visão de letramento que ora é *autônomo*, refletindo assim um “modelo [...] estritamente pautado em textos escritos e [que] pressupõe uma ênfase nas habilidades cognitivas de apreensão da linguagem” (Souza *et al.*, 2023, p. 131), e que ora é *ideológico*, isto é, “toma como partida o processo de apropriação da escrita enquanto produto cultural, mas muito mais

amplo [...], remete[ndo] às condições sócio-históricas da apropriação de um sistema de escrita por dada sociedade” (Souza *et al.*, 2023, p. 132). O que esse texto nos mostra, em comparação às concepções apresentadas no segundo capítulo, é de que a visão não indígena de letramento é, por muitas vezes (mas não exclusivamente), calcada na ideia de escrita como habilidade técnica de apreensão e capacidade de decodificação de um código, enquanto as concepções indígenas pendem para o viés ideológico, entendendo o letramento muito mais como uma capacidade social de apropriação da leitura e escrita, em seu sentido mais amplo, como discutido acima. Isto é, a leitura e escrita como apreensão do mundo e não somente do código alfabético, o qual se trata de uma tecnologia para a representação de uma dada língua, trazido a essas sociedades pelos não indígenas.

O terceiro capítulo, *O mito da grande mãe em Relato de um Certo Oriente: uma visão da Amazônia de Hatoum*, traz uma análise junguiana sobre o arquétipo do Inconsciente Coletivo da grande mãe, em que as pessoas “vivenciam o complexo materno – um grupo de ideias carregadas de sentimento, associadas às experiências com a mãe biológica” (Souza *et al.*, 2023, p. 41). Nessas ideias, encontram-se emoções de afetividade e carinho, virtudes de uma mãe zelosa, mas também de aprisionamento e superproteção, características de mães possessivas. A história da obra de 1989, de autoria do escritor manauara Milton Hatoum, traz a busca da protagonista por seu passado familiar, um grupo de origem libanesa, que migrou para a Amazônia, fixando-se em Manaus. As autoras do capítulo, Ana Maria Leal Cardoso (professora não indígena da Universidade Federal de Sergipe – UFS) e Maria Goretti Ribeiro (professora não indígena da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB), trazem à discussão o arquétipo da grande mãe não só nessa busca da protagonista pela história da mãe e da avó, mas também em relação à floresta amazônica, tanto como uma região que nutre e dá frutos, mas também como um lugar opressor, vista a imensidão de suas matas fechadas, com uma multitude de árvores gigantes, de troncos largos e copas cheias.

É interessante os paralelos que podemos traçar com as obras analisadas pelo texto que compõe o sétimo capítulo do livro, *As ancestralidades indígenas na literatura infantojuvenil: a presença da avó em narrativas de Cristino Wapichana*, de autoria de Iza Reis Gomes (professora não indígena no Instituto Federal de Rondônia – IFRO), Shelton Lima de Souza (professor não indígena na UFAC) e Maurício Neves-Corrêa (pesquisador não indígena em estágio de pós-doutorado na UFAC). Nesse capítulo, seus autores fazem uma análise semiótica da figura da avó em três livros do autor indígena Cristino Wapichana: *O cão e o curumim*, de 2018; *A cor do dinheiro*, de 2019; e *Fogo, gente!*, publicado no ano de 2023, com ilustrações de Taisa Borges, Alyne Dallacqua e Graça Lima, respectivamente.

Os livros, voltados ao público infantojuvenil, têm em comum a imagem da avó e da ancestralidade, que são representadas não somente pelos textos escritos, mas também por suas ilustrações, compondo um quadro em que escrita e imagem, juntos, trazem à tona aspectos da memória, de práticas espirituais e olhares múltiplos (do plano físico, mas também do espiritual) que sempre fizeram e ainda se fazem presente no cotidiano dos

povos amazônicos, bem como sobrevive em práticas tradicionais nos núcleos urbanos, na figura de benzedeadas, parteiras, Mães de Santo etc. Os autores chegam à conclusão de que “[a]s avós representadas nas três obras de Cristino Wapichana retratam ancestralidades indígenas capazes de problematizar verdades absolutas [...] e realinhar caminhos de entendimento da vida” (Souza *et al.*, 2023, p. 127). A memória e a ancestralidade, como apresentada pelos autores e materializadas na figura da avó nas obras de Wapichana, remetem o leitor à discussão do arquétipo da grande mãe na obra de Hatoum, discutida no terceiro capítulo do livro ora resenhado. A figura da avó, nos livros de Wapichana, traz para si uma imagem de atenção, zelo e carinho para com as jovens protagonistas, ao mesmo tempo que demonstram um poder, por muitas vezes sobrenatural, que ainda está longe de ser entendido pelas protagonistas.

O quarto artigo, intitulado *Os desafios da atuação docente no contexto prisional brasileiro*, de autoria de Uilamir Costa de Alencar (doutorando não indígena pela UFAC) e Carine de Souza Patrício (mestranda não indígena também pela UFAC), é o que mais se destaca do conjunto da obra, por não discutir (ao menos não explicitamente) a realidade da educação de pessoas em privação de liberdade no contexto amazônico, mas por trazer um cenário mais amplo, apresentando um contexto nacional da educação escolar em presídios. Se, por um lado, podemos imaginar que muitos desafios para implementação de uma educação efetiva em prisões devam ser recorrentes por todo o território brasileiro, por outro, o livro teria muito a ganhar se fosse dado um foco nos obstáculos específicos das realidades amazônicas. Sabe-se que os estados da região Norte do Brasil, compondo a maior parte da Amazônia Legal, sofrem, não somente com problemas na educação, como os maiores índices de evasão escolar (Rocha, Araújo, 2022) e os menores índices de concluintes do ensino fundamental (Estado de Minas, 2019), mas também com dificuldades nos sistemas prisionais, como, por exemplo, ser a segunda região com menor capacidade média das unidades prisionais (CNJ, 2017, p. 27). Isso demonstra que a região Norte e, conseqüentemente, grande parte da Amazônia certamente contam com questões próprias relativas à educação em contexto prisional. Para que o texto pudesse se integrar de maneira mais fluida com o restante da obra, seria interessante a menção a iniciativas das universidades públicas localizadas na região Norte, tal como o projeto de extensão *Presídios Leitores*, coordenado pela professora Maria José Morais, do *campus Floresta* da UFAC.

Essa ressalva, porém, não diminui o valor do texto, que traz uma discussão acerca do histórico da educação prisional no Brasil, seus dispositivos legais atuais e o principal objetivo da educação de pessoas em privação de liberdade: a reintegração do apenado à sociedade, tendo em vista que a educação é um “instrumento de reconstrução e resgate da cidadania perdida” (Souza *et al.*, 2023, p. 60). Os autores seguem seu texto apresentando alguns dos desafios dessa modalidade de educação, como o não reconhecimento, por grande parte da sociedade (aí incluídos muitos dos órgãos públicos responsáveis pelo sistema prisional e seus agentes), do direito dos encarcerados à educação como forma de

emancipação do indivíduo; a falta de formação específica para professores que atuam em presídios; a falta de infraestrutura adequada; dentre outros.

O texto *A educação escolar indígena no estado do Acre pós Constituição Federal de 1988*, escrito por Leila Tavares Silva do Nascimento (professora não indígena vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Estado do Acre) e Lúcia de Fátima Melo (professora não indígena na UFAC), apresenta uma excelente discussão acerca do histórico e dos desafios presentes da educação escolar indígena no estado do Acre. Elas apontam, ao longo da exposição, alguns conflitos entre o ensino tradicional e o ensino escolar em contexto indígena, além dos avanços conquistados por essas populações tanto com os direitos adquiridos com a Constituição Federal de 1988, quanto com dispositivos legais subsequentes. Apresentam, contudo, dificuldades que ainda persistem nas escolas indígenas acreanas, como os parques materiais didáticos específicos de povos indígenas, nas línguas tradicionais ou mesmo em português; uma natureza indigenista (e não indígena) das escolas, por meio de programas curriculares que têm por base a epistemologia ocidental e que não leva em conta o corpo diverso de conhecimentos dos vários povos indígenas; bem como uma participação incipiente dos próprios indígenas nas discussões sobre a educação escolar, não por escolha ou incapacidade desses, mas por falta de preparo dos órgãos governamentais.

Esse capítulo se relaciona intimamente com o sexto capítulo, o último a ser resenhado aqui, que tem por título *Os desafios do ensino das línguas indígenas Noke Vana e Āda Shawã no estado do Acre*, de autoria de Rane Varinawa (que tem por nome de registro Josimar Pedrosa da Silva Katukina e trabalha como tradutor indígena do povo Noke Koï), Huduã Shawã (registrado como José Wandres Lima da Silva Shawanawa, mestrando na UFAC e pertencente ao povo Shawãdawa) e Simone Cordeiro-Oliveira (professora não indígena da UFAC, *campus* Floresta). Nesse capítulo, podemos ver uma discussão que corrobora muitos dos pontos levantados no capítulo anterior. Com contextos em extremos opostos, em termos de vitalidade linguística, os autores apresentam a situação das línguas Noke Vana, do povo Noke Koï (mais conhecido na literatura por Katukina-Pano), e Āda Shawã, do povo Shawãdawa, e como ambas são trabalhadas nas escolas. A maior parte dos indígenas da etnia Noke Koï é falante nativa da língua tradicional do povo, a qual conta com a transmissão intergeracional, garantindo, assim, a vitalidade do idioma em alguns espaços sociais dentro das aldeias. Por outro lado, a língua Āda Shawã é conhecida por apenas poucos anciões, com a maior parte das comunidades do povo Shawãdawa utilizando a língua portuguesa para a comunicação. Essas situações tão diferentes requerem, obviamente, formas também diferentes de se trabalhar as respectivas línguas em sala de aula. Porém, os relatos dos autores mostram que existem muitos desafios em comum, alguns deles apontados no capítulo anterior: a falta de materiais didáticos contextualizados e a importância de uma base curricular específica, em que os conhecimentos culturais e linguísticos estejam em pé de igualdade com aqueles da sociedade não indígena envol-

vente, para que as escolas se tornem verdadeiros espaços de valorização das tradições e epistemologias nativas.

Em relação aos aspectos editoriais, o livro *Nós não somos genéricos: Língua(gens), interculturalidades e educação escolar indígena e não indígena em ambientes amazônicos* está disponível, gratuitamente, apenas em formato digital. A diagramação atende, de maneira geral, aos padrões exigidos para obras do tipo e a capa, bem como os elementos pré-textuais, foram feitos com muito cuidado, saltando aos olhos positivamente. Alguns problemas encontrados durante nossa leitura foram a falta de revisão de texto de alguns capítulos, com passagens por ora confusas, com problemas de coesão que poderiam facilmente ser resolvidos, assim como questões pontuais de edição, como o recuo à esquerda dos parágrafos seguintes às citações longas (essas, sim, devendo ter esse recuo) – problema esse presente em quase todos os capítulos do livro – que em alguns momentos prejudicam a fluidez da leitura, por não ficar claro o que é citação e o que é de autoria dos pesquisadores.

Já em relação ao conteúdo, o livro atende à proposta de ser uma obra de amplo escopo, tanto nas áreas do conhecimento ali presentes (educação, linguística, direito, literatura, semiótica etc.), como nas temáticas trazidas e também nos diversos olhares vindos de uma pluralidade de formações: encontram-se textos de professores universitários e de professores ligados às escolas de ensino básico, de estudantes de graduação e pós-graduação; de pessoas pertencentes a etnias indígenas ou não; de pessoas de diferentes regiões da Amazônia e de fora dela; enfim, de pesquisadoras e pesquisadores que, de alguma forma, compreendem que as Amazônias são plurais, ricas em diversidade, feitas por gente que, longe de serem genéricas, formam um mosaico detalhado, em que cada peça se relaciona e é necessária às outras, para, assim, formar uma bela imagem representativa da riqueza da experiência humana.

REFERÊNCIAS

- ABTSI'RÉ, Almir Henôri. **A'uwẽ uptabi, A'uwẽ uptabi mreme, damreme nhihödö, A'uwẽ uptabi nhimi rowaihu**: Wamreme – a revitalização da escrita da língua A'uwẽ uptabi. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório de gestão**: Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Brasília: CNJ, 2017.
- ESTADO DE MINAS. **Norte e nordeste são as regiões com o menor número de concluintes do ensino fundamental**. Belo Horizonte, 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2019/05/29/internas_educacao,1057527/norte-e-nordeste-sao-as-regioes-com-o-menor-numero-de-concluintes-do-e.shtml>. Acesso em: 5 de jun. de 2024.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 8ª ed. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1984.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. **Signótica**, v. 9, p. 119–145, 1997.
- ROCHA, Rayane; ARAÚJO, Thayana. Região Norte apresenta maiores índices de evasão escolar, aponta FGV. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 8 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/regiao-norte-apresenta-maiores-indices-de-evasao-escolar-aponta-fgv/>>. Acesso em: 5 de jun. de 2024.

SANTOS, Lilian Abram dos. Pedagogia da contextualização e interculturalidade na formação de professores indígenas: entrevista com Maria do Socorro Pimentel da Silva. *Tellus*, n. 42, p.305–322, 2020.

SOUZA, Shelton Lima de; SABATINI, Aline Suelen Santos; KAXINAWÁ, Joaquim Maná; CORDEIRO-OLIVEIRA, Simone (orgs.). **Nós não somos genéricos**: Língua(gens), interculturalidades e educação escolar indígena e não indígena em ambientes amazônicos. Rio Branco: Nepan, 2023.

WA'AWE, Antônio Luiz. **Aspectos linguísticos e culturais no processo de formação do homem Xavante na Aldeia Sangradouro, Mato Grosso, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

XERENTE, Eneida Brupahi. **Letramentos do viver Akwẽ**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.